

Marcelo Calegare
Renan Albuquerque
Organizadores

Processos psicossociais na Amazônia:

reflexões sobre raça, etnia,
saúde mental e educação



ALEXA
Embu das Artes - SP
2018



© by Alexa Cultural

Direção

Gladus Corcione Amarop Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C148m - CALEGARE, Marcelo
A319r - ALBUQUERQUE, Renan

Processos psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação, Marcelo Calegare e Renan Albuquerque - organizadores, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm - 316 páginas

ISBN - 978-85-5467-053-5

1. Antropologia - 2. Psicologia Social - 3. Sociologia - 4. Comportamento - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Psicologia Social

Sociologia

Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência - Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Comunidade sol nascente: problemáticas comunitárias de povos indígenas na cidade

*Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Mayara dos Santos Ferreira
Diana Kássia Oliveira de Almeida Silva
Elizabeth Amancio de Senna Silva
Janaína Léia Passos da Silva
Kássia Pereira Lopes
Rayza Sousa Ramos
Renata Fernanda Cabral Ramos
Rosa Mirtes Araujo
Simone da Graça Campelo*

Introdução

O estado do Amazonas tem sido reconhecido como a região do Brasil que integra o maior número de povos indígenas do país. O último censo do IBGE (2010) indicou a presença de 168 mil pessoas autodeclaradas indígenas, revelando também uma presença significativa de povos indígenas em ambientes citadinos, cujo processo migratório vem acontecendo há 70 anos em toda América Latina (ESTRADA; GARCÍA, 2016). Na capital do estado, Manaus, o Censo-2010 indicou a presença residente de 3.837 pessoas indígenas, que segundo Souza (2013) estão divididas em 93 etnias. Entretanto, dados levantados em 2015 pela Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), uma organização oriunda dos movimentos indígenas, indica que em Manaus e arredores há aproximadamente mais de 30 mil pessoas indígenas residentes, de 42 etnias.

A presença indígena na cidade vem indicando a vivência de uma realidade marginalizada. Silva (2001) afirma que os povos indígenas têm se domiciliado em regiões pobres e periféricas, em sua maioria áreas de ocupação. Esta realidade é corroborada

principalmente pela ausência de políticas públicas direcionadas especificamente às demandas desses povos em contexto de cidade (MELO, 2013; NASCIMENTO; VIEIRA, 2015). Como principais motivações à migração, encontram-se as dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde e educação nas aldeias e terras indígenas. Assim, é muito comum ouvir de indígenas que, de certa forma, eles são forçados a sair de seus territórios para poder acessar os bens e serviços sociais a que têm direito segundo a Constituição de 1988.

Diante disto, Nunes (2010) afirma que comunidades indígenas residentes em cidades têm vivenciado condições críticas de moradia, com falta de acesso a saneamento, dificuldade na regularização do fornecimento de água e energia elétrica, circunstâncias de habitação indevidas, com casas construídas em lugares de risco e materiais inseguros. Além disso, Nóbrega (2016) aponta que estes povos também têm sofrido com o estabelecimento de um processo de exclusão social, pautado em hierarquizações sociais estruturadas em uma supremacia étnica-racial, que toma como padrão características eurocêntricas e omite a presença e significância de outras matrizes étnicas e culturais.

Partindo disto, percebeu-se então a necessidade de explorar as condições de vida e relações das comunidades indígenas estabelecidas na cidade de Manaus e, a partir disso, propor ações no sentido de melhorias comunitárias e bem-estar. Para isso, propôs-se a execução do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE – proc. nº 053/2017-2) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente – conhecida como comunidade Sol Nascente. O objetivo desse projeto de extensão foi realizar familiarização com a vida comunitária, levantar os principais problemas enfrentados e elaboração de um plano de ação para sua resolução. Esta comunidade está estabelecida em uma área de ocupação – ou invasão, de acordo com o ponto de vista – na zona norte de Manaus, espaço até então pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEM-MAS) por ser uma Área de Preservação Permanente (APP), conforme estabelece o Código Florestal (BRASIL, 2012).

Rosa (2016) afirma que a ocupação da área iniciou em junho de 2013, por membros familiares da etnia Miranha, com a

intenção de estabelecê-la como um assentamento indígena. O primeiro líder fora um cacique da etnia Mura, que logo foi destituído em razão de permitir a entradas de pessoas não-indígenas do seu círculo pessoal – o que não era aceito pelos demais moradores. Em uma nova eleição fora escolhido o atual líder, cacique da etnia Kaixana, que tem direcionado as reivindicações em torno do reflorestamento, da permanência de pessoas não-indígenas no local e questões de melhorias de infraestrutura. Em suma, atualmente a comunidade pode ser considerada pluriétnica, estando composta por indígenas de 12 etnias e também de não-indígenas. Considerando principalmente a pluriétnicidade, percebe-se a existência de divergências entre os moradores do local, que tem contribuído para a presença de relevantes conflitos intra e intercomunitários.

O projeto de extensão foi desenvolvido através de visitas realizadas semanalmente à comunidade por nossa equipe durante o segundo semestre de 2017, envolvendo docente e discentes de graduação e pós-graduação. Utilizamos o modelo de uma pesquisa-ação participativa – PAP (GÓIS, 2005), metodologia que integra teoria e prática, articulando pesquisa, extensão e intervenção. A PAP pressupõe o envolvimento de agentes internos e externos, de modo a aliar saberes científicos aos populares para a resolução de problemas. Por meio da PAP, há planejamento, execução e avaliação de ações – eleitas na comunidade – de modo a gerar conhecimento apropriado às necessidades e situações. A escolha da PAP visou superar a hierarquia entre pesquisador e pesquisados, bem como a separação entre teoria e prática. Assim, procuramos articular o conhecimento científico ao conhecimento popular, promovendo horizontalidade e considerando os agentes internos como protagonistas. Deste modo, a PAP é um método que envolve saber escutar, valorizar e utilizar o saber popular de forma dialógica e problematizadora, de modo a propiciar cada vez mais a autopesquisa e autogestão pelos agentes internos num processo espiral contínuo: ação-reflexão-ação.

Conforme Montero (2006), a PAP é um método ético e socialmente comprometido que busca não somente produzir um saber, mas também contribuir para a transformação de uma situação. Por meio deste, as problemáticas são definidas conjuntamente, construindo instrumentos para aquela realidade em questão,

sendo avaliada em conjunto com os membros daquela comunidade e considerando suas potencialidades (FREITAS, 1998).

Sendo assim, neste capítulo pretendemos: a) apresentar o cenário que encontramos na comunidade Sol Nascente com as devidas fundamentações na literatura; b) descrever as principais problemáticas relatadas pelos moradores; c) expor a estratégia de intervenção adotada pelo grupo de extensão. Com isto, temos o intuito de apresentar ainda que parcialmente a realidade indígena na cidade, proporcionando a visibilidade dessa temática para a academia e para a sociedade em geral.

Sobre territórios e ocupações na cidade de Manaus: a luta da comunidade Sol Nascente

Os habitantes indígenas e não-indígenas das comunidades rurais sentiram impactos negativos ao ter maior contato com a sociedade envolvente, a partir da década de 1960, com as políticas de desenvolvimento para a Amazônia focadas em incentivar a valorização econômica da região (RAPOZO, 2014). Essas políticas desenvolvimentistas tinham como característica comum a descon sideração das particularidades de cada sub-região da Amazônia, resultando no aumento das desigualdades socio regionais históricas e a concentração de renda e terras.

A disputa histórica por território foi e continua sendo uma flecha pungente que atinge os povos indígenas e permeia toda a produção do espaço citadino em Manaus, que tomou impulso com a implantação da zona franca, pelo Decreto-lei nº 288 de fevereiro de 1967, e “justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada” (SERAFICO; SERAFICO, 2005, p. 99). Essas políticas desenvolvimentistas não vieram acompanhadas de programas de planejamento urbano de Manaus, que previssem o acréscimo populacional e necessidade de moradia às pessoas que migrassem do mundo rural (Tabela 1). Segundo dados do IBGE (2017), de 1950 a 2017 a concentração da população na capital cresceu de tal forma, que dos 62 municípios do estado, somente Manaus concentra uma população estimada para 2017 que corresponde a 53,24% do total de amazonenses.

Tabela 1. Histórico da concentração populacional no Estado do Amazonas em relação à capital

Histórico da concentração populacional no Estado do Amazonas em relação à capital			
Ano	Estado	Capital	Manaus/Estado (%)
1950	514.099	139.620	27,16
2000	2.812,557	1.405.835	49,98
2010	3.483.985	1.802.014	51,72
2017*	4.001.667	2.130.264	53,24

*Fonte: IBGE – Censo 2010. - *População estimada em 2017*

A partir da análise da tabela, podemos verificar que o Estado passou por uma explosão demográfica, a qual reflete em maior pressão na capital. Como descreve Costa e Oliveira (2007), os sentidos mais afetados dessa intensa urbanização e expansão do tecido citadino foram as zonas leste e norte da cidade, sendo o foco das ocupações espontâneas, conhecidas na cidade também como invasões¹. As pessoas vindas do interior do estado, fossem elas das cidades ou das comunidades ribeirinhas ou indígenas, encontraram nas ocupações um modo de tomar posse dos espaços na cidade para usufruir o direito à moradia. Essa tendência a ocupação de espaços geográficos continua acontecendo até o presente em Manaus e cidades próximas.

Dentro desse universo das ocupações, sabe-se que existem ocupadores contumazes, que se deslocam de uma ocupação para outra e realizam a venda dos terrenos ocupados, chegando a anunciá-los em sites eletrônicos de comércio. Por outro lado, há os ocupadores que realmente necessitam de uma morada, por não dispor de renda para pagar aluguel e por não estarem contemplados pelas políticas habitacionais empreendidas pelo Estado.

É interessante neste momento salientar que a comunidade Sol Nascente está localizada em uma APP e os líderes comunitários estão conduzindo processo para demarcá-la como Terra Indígena (TI) junto às autoridades estaduais. As APP em meio urbano pressupõem a manutenção do patrimônio natural e

¹ Ocupações ou invasões: ocupações como estratégias que os segmentos populares encontram para ter acesso à moradia a partir da organização destas em lotes vazios. Caracterizam-se por serem ações rápidas, o que implica o acesso imediato ao lote, possibilitando a construção contínua da moradia.

construído. No entanto, isso tem sido fonte de desentendimento entre os moradores da comunidade, onde alguns destes – principalmente não-indígenas – compram terrenos e desmatam a flora visando não apenas aumentar seu espaço, mas também para dar aparência de um espaço urbano civilizado. Os líderes da associação – todos de etnia indígena – discordam com as ações de desmatamento, e querem manter o fragmento verde e os animais que nele vivem por apreciá-los enquanto natureza viva e essencial à manutenção do modo de vida indígena. Enquanto que moradores não-indígenas visam outro modelo estrutural para a comunidade, sem a presença de áreas verdes.

Esse processo de desvalorização de áreas verdes como indicador de progresso civilizador não se reflete apenas entre os não-indígenas. Podemos também refletir acerca dos processos de exclusão/inclusão e os impactos decorrentes da aproximação de grupos indígenas com ambientes de cidade. De acordo com Calegare (2017), no ambiente citadino de Manaus onde marcadamente ocorrem práticas urbanas², há uma forte negação de quaisquer elementos que remetam à florestalidade³, mesmo que estes estejam presentes e inegáveis na vida dos povos amazônicos. Isto nos ajuda a entender porque alguns indígenas da comunidade Sol Nascente têm apresentado certa negação de suas identidades étnica⁴, isto é, envergonham-se de suas raízes indígenas. Isto tem estruturado uma tentativa de camuflar suas origens indígenas e a íntima relação com o território, para se sentirem em vantagem ao estarem incluídos a um contexto urbano que corresponde ao pensamento vigente de progresso civilizatório. Desse modo, a luta pela preservação da natureza não é homogênea entre os habitantes indígenas da comunidade Sol Nascente. Tal luta ganha forte componente político pelas lideranças comunitárias, que associam os pressupostos de uma APP às culturas indígenas em geral, com sua indissociável relação com a florestalidade.

2 Cidade: espaço observável. Urbano: dinâmicas subjetivas que modelam modos de vida e práticas que ocorrem em um espaço, sejam imaginadas ou concretas, podendo se dar para além do contexto de cidade (CALEGARE, 2017)

3 Florestalidade: termo empregado por Calegare (2017) para adaptar a discussão de ruralidades ao contexto amazônico. É a especificidade das relações humanas (práticas socioculturais e políticas) que ocorrem em função das vivências e representações das florestas, rios e terras, sejam elas imaginadas ou concretas.

4 Identidade étnica segundo Bernal (2009) refere-se à dinâmica identitária e a compreensão da funcionalidade do fator étnico e do seu campo semântico.

São raras as medidas paliativas feitas pelo Estado após as ocupações, o que faz com que as pessoas fiquem à mercê das desordens e sofram graves fatores de desgaste ou estresse emocional ligados às péssimas condições de habitação, alimentação, empregos e salários (ANDREY, 2001) – realidade nitidamente presente na comunidade Sol Nascente. Além disso, pela falta de documentação legal das terras e das casas, a comunidade não consegue alcançar o acesso a serviços sociais básicos, sofrendo principalmente com condições precárias de infraestrutura. Não existe nenhuma identificação ou placa que designe a área da comunidade Sol Nascente como um assentamento indígena, o que faz com que muitos moradores do entorno desconheçam que o espaço diz respeito a uma ocupação indígena. Isto tem gerado conflitos intercomunitários em virtude de corroborar com o imaginário da população envolvente – e também do Estado – que frequentemente deslegitima a identidade indígena pelo fato de serem residentes em cidades.

Assim, seguindo a lógica da exclusão histórica que os povos indígenas enfrentam e as negligências de diversas formas, os mesmos se veem em sofrimento e dificuldades ao lhe serem negados direitos, sobretudo em saúde, moradia e segurança. Os indígenas da comunidade Sol Nascente esperam que com a declaração da área como TI cesse a venda de terrenos por se tornar terra inalienável, passando a ter direitos imprescritíveis e podendo restituir e garantir seu modo de vida diferenciado.

Problemáticas dos povos indígenas da comunidade Sol Nascente

Conflitos intra e intercomunitários

O conceito de comunidade aparentemente parece simples de ser definido, porém pode-se cair no erro de sermos reducionistas. Devemos considerar que além do geográfico e racional, há um componente emocional que define o que é uma comunidade. Diversos autores tentaram ao longo do século XX chegar a uma definição ampla, ao considerar a crescente complexidade da vida social que levasse em conta, por exemplo, a comunidade mundial e seu trânsito com o âmbito local. Dentre distintas noções, compartilhamos aqui o ponto de vista de Góis (2005), que a partir da Psicologia Social Comunitária enfatiza que a comunidade se constitui

de elementos comuns como território, história, valores compartilhados e um modo de vida, mas que possui também um mesmo sistema de representação social, sentimento de pertença e identidade social. Assim, por essa definição encontramos elementos do entorno físico-social permeados por aspectos afetivos, cognitivos e sociais, que configuram as interações e relações face a face que conformam a vida em comunidade para as pessoas que nela estão e vivem.

Apesar do compartilhamento de diversos aspectos comuns, os moradores da comunidade Sol Nascente apresentam elementos divergentes. Dentre estes, a presença de pessoas que se reconhecem como indígenas, oriundas de 12 etnias de várias regiões do estado do Amazonas e que nem sempre possuem relações harmoniosas entre si, seja por hierarquizações de ordem mitológica entre as etnias, seja por percalços de ordem histórica que perpetuam conflitos entre elas. E também a presença das pessoas não-indígenas, cujos moradores que se estabeleceram no local com a permissão do primeiro líder comunitário (cacique) ou por meio da compra de terrenos, vendidos por alguns indígenas que retornaram às suas localidades de origem ou foram para outros lugares da cidade. A venda de terrenos destaca-se como um dos fatores de desagregação e formação de conflitos intracomunitários, além das diferentes formas de organizar a vida coletiva e suas respectivas culturas.

Tradicionalmente os indígenas vivem seu cotidiano compartilhando áreas comuns, mantendo os laços principalmente através das relações de parentesco. Porém, a rotina e organização da vivência comunitária na cidade se diferenciam em relação ao uso do território, por ser caracterizada pelo modelo de propriedade privada. Além dos horários determinados para as atividades, como hora de trabalhar ou hora de estudar, o que pode gerar estranhamento por parte dos migrantes indígenas e moradores citadinos.

Um ambiente comunitário, sobretudo pluriétnico, gera disputas internas que vão além da questão das terras e do território, refletindo-se na dinâmica relacional entre as pessoas. Cabe aqui então salientar que terra tem sido compreendida como uma porção do espaço, demarcada legalmente pelo Estado, enquanto território designa um campo de vivências, cultura e relação das

sociedades somadas aos mecanismos de representação do espaço (FERNANDES, 2009; GALLOIS, 2004). Desta forma a luta por terras por povos indígenas em ambientes de cidade põe em questão os seus direitos originários de seus territórios de ocupação tradicional.

O conflito decorrente do uso social do espaço geográfico

Como já mencionamos anteriormente, a comunidade geograficamente fica situada em uma APP, que foi parcialmente desmatada, possui solo argiloso e uma área irregular, com aclives e declives. Devido à comunidade localizar-se em uma área com desníveis do terreno, as ruas, as casas e a estrutura básica, como água, luz e o raro asfaltamento não possuem um padrão regular ou organizado. A sede da associação de moradores fica na parte mais alta da comunidade, onde encontra-se uma saída para o bairro Francisca Mendes II. A maior parte da comunidade fica na área baixa do assentamento e boa parte dos representantes da associação comunitária moram na parte alta.

Assim, a questão geográfica apresenta uma particularidade interessante que reflete nos modos de relações, entre líderes e comunitários. A associação e alguns representantes estão alocados na parte mais alta e próximos a uma das entradas/saídas da comunidade. Diante disto, percebemos que alguns moradores se referem aos índios, ao cacique e à associação como “o povo lá de cima”. Os moradores das partes baixas acusam as lideranças de impedirem o asfaltamento da comunidade, como mera expressão das relações de poder. Entretanto, soubemos que no dia em que os trabalhadores da prefeitura foram realizar as obras houve negligência dos moradores em retirar carros e objetos das ruas, o que impediu a realização do trabalho e fez com que o mesmo fosse adiado por tempo indeterminado.

Outra queixa ouvida nas visitas domiciliares foi de que os membros da associação percorrem as casas solicitando contribuição financeira para regularização da terra, mas que até o momento isso não aconteceu, o que gera forte desconfiança quanto ao uso do dinheiro. Desse modo, observamos que o desnível do terreno se mostra não apenas como uma particularidade geográfica, mas

como um motivo para a não coesão da comunidade. Essa característica geográfica é utilizada como forma desagregar e motivar conflitos, entre as lideranças e os demais comunitários, ou entre indígenas e não-indígenas que residem nos diferentes níveis do terreno.

Aparentemente esta condição geográfica da área da comunidade colabora para uma divisão de subgrupos dentro do espaço, fazendo com que as pessoas se refiram e compreendam os moradores de regiões diferentes da sua como distantes, ou segregados, inclusive em uma dimensão relacional. Tais conflitos também surgem relacionados a desavenças entre etnias, histórico étnico, conversas paralelas sobre comportamento dos líderes, fragmentos de informações acerca da regularização fundiária e reconhecimento como território indígena, e a falta de participação da maioria das pessoas nas ações da associação.

Observam-se conflitos também no processo de uso, ocupação e controle do espaço, porquanto a utilização de terrenos para revenda não é apreciada pela liderança atual, e alguns moradores, na maioria os residentes na parte baixa da comunidade, agiam desta forma. O conflito no processo de controle pode ser evidenciado a partir do movimento de alguns moradores da parte baixa, na criação de um abaixo assinado para destituição do líder comunitário atual.

No momento da escrita deste capítulo, a ocupação estava em processo de regulamentação e reconhecimento nos órgãos competentes. Por ser assentamento indígena, teoricamente se restringiria a moradores que assim se identificam. No entanto, apesar deste contexto, com o aval do cacique boa parte dos moradores não-indígenas poderão continuar morando na comunidade. Entretanto pela falha no processo de comunicação, muitos moradores desconhecem tal possibilidade.

Dificuldades da coordenação do assentamento povo indígena do Sol Nascente

O líder da comunidade Sol Nascente, cacique pertencente à etnia Kaixana, foi escolhido pelos moradores do local por ter um histórico de lutas e liderança em sua cidade natal, Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões. Também faz parte do Movimento Etno

Cultural de Mobilização do Amazonas (MECMAM), que reúne dez lideranças indígenas lutando pelos direitos elencados na Constituição de 1988. Tentando articular as ações em prol da comunidade, o líder formou uma associação composta de primeiro, segundo cacique e outros cargos, denominada Coordenação do Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente (CAPISOL). Porém, nossas visitas à comunidade têm trazido algumas questões levantadas pelos moradores, que nos fizeram refletir sobre as divergências políticas que se fazem presentes na relação entre CAPISOL e moradores. Em virtude dos conflitos, os laços aparentam estar fragilizados e é possível perceber desconexões entre os discursos dos moradores e dos líderes da associação, relacionadas principalmente a: a) reclamações pela falta de união (de ambos os lados); b) não participação nas reuniões e atividades da associação; e c) pessoas indígenas que não se identificam etnicamente, e por isso não se engajam com as reivindicações políticas da associação.

A comunidade Sol Nascente apresenta algumas problemáticas relacionadas principalmente à legalização do assentamento. Mas antes disso, os líderes da associação nos apresentaram várias problemáticas que envolvem as relações intracomunitárias, ser indígena na cidade e também a cultura não aceita e discriminada. Assim, as relações comunitárias se definem aparentemente como exígua: os indígenas se relacionam pouco entre si por conta de disputas de poder internas e, por outro lado, há forte distanciamento dos não indígenas. O líder principal, primeiro cacique, relata que as reuniões da associação são frequentadas por poucos que se interessam pelo bem comum do assentamento. Desta forma, existe uma debilitada comunicação entre as pessoas da comunidade, que provocam grandes implicações para manutenção das lutas comunitárias. Consoante, sabe-se que os informes de reunião são passados para os comunitários três dias antes de sua realização, e com a nossa presença na comunidade durante dois meses, não soubemos de nenhuma reunião ocorrida neste período. Algumas problemáticas e desgastes desta dinâmica de relação estabelecida são percebidas através de relatos de moradores, que demonstram duvidar da atual liderança. Os líderes relatam não compreender a procedência das reclamações, pautando-se principalmente no fato de, segundo eles, apresentarem a comunidade diversos documen-

tos de reivindicações realizadas em órgãos responsáveis, com o intuito de provarem o que tem sido desenvolvido pela associação.

Outra dificuldade da associação refere-se aos conflitos entre facções de traficantes da região que disputam o território para exercício de suas práticas ilícitas. O atual cacique já foi ameaçado diversas vezes, tendo sido agredido brutalmente em uma das ocasiões. Alguns dos membros da associação também tiveram seus familiares ameaçados, fazendo com que estes fossem obrigados a se mudar da comunidade. Com a morte de um dos chefes do tráfico, houve um período de calmaria. Entretanto, com a sucessão destes, houve novas ameaças às lideranças. No momento da escrita deste capítulo, estava havendo toque de recolher na comunidade no início da noite, momento em que os traficantes ocupavam a sede da associação para exercer seu domínio sobre os moradores.

Negação da identidade por parte dos próprios indígenas e dos não-indígenas

Outro problema é aquele relatado por Melo (2013), que revela que em Manaus a presença dos indígenas é ocultada, já que ser associado à identidade étnica indígena pode conduzir ao risco de ser discriminado. Podemos pensar então que o reconhecimento indígena na comunidade Sol Nascente sofreu também com um intenso processo discriminatório ao longo de todo processo de ocupação da terra, por serem frequentemente chamados de invasores e alguns outros termos depreciativos.

Para Krüger (1986), identidade é a consciência que todo indivíduo tem de si mesmo, sua origem, relações estabelecidas nos meios onde se inserem, atributos físicos e psicológicos e fatores capazes de diferenciarem si mesmo de outros indivíduos. O processo de identidade é um processo de construção coletiva, onde há sempre uma dependência do outro para essa construção. Nesse sentido, Deschamps e Moliner (2009) descrevem as representações identitárias como processos que permitem aos indivíduos elaborar e manter conhecimentos a respeito de si mesmo e dos outros, dos diferentes grupos dos quais eles interagem, sustentando, portanto, sua identidade. Na comunidade Sol Nascente foi possível perceber uma constante negação da identidade indígena por parte de alguns moradores, que se autodeclaram não-indígenas apesar de suas raízes indígenas.

Conjecturamos que alguns indígenas, após saírem de suas bases⁵ de origem onde exerciam suas práticas culturais de forma plena, passaram por um processo de adaptação à cultura do espaço onde estão inseridos atualmente, neste caso a cidade. Podemos ponderar um processo de reconformação identitária⁶, conforme aponta Bernal (2009), onde os sujeitos agregam modos de vida urbanizados e subtraem práticas tradicionalmente indígenas, com o intuito de afastar-se das vivências negativas promovidas pela identificação étnica, processo este que pode ser percebido de forma individual e coletiva. As práticas culturais, após a inserção dos indígenas em ambientes sociais não-indígenas se tornam menos frequentes, sendo um ponto importante de reflexão, sobre a compreensão de ser indígena em espaços coletivos citadinos. Para Durkheim (2012), a sociedade tem a capacidade de moldar os seus indivíduos, introduzindo os seus ideais por meio de um objeto denominado fato social. Este tem como uma de suas principais características a coerção social, que é a força externa exercida sobre o indivíduo fazendo com que ele aceite, e viva, as regras e costumes impostos pela sociedade na qual ele se insere. Isto posto, pode-se perceber que dentro da comunidade Sol Nascente os costumes da sociedade citadina em que estão inseridos hoje é muito mais expressivo e cotidianamente presente do que os costumes da sociedade indígena da qual viviam anteriormente. Isso foi comprovado inúmeras vezes nos relatos dos moradores indígenas, que reclamavam que já não adotavam costumes ou realizavam festas indígenas dentro da própria comunidade.

Por outro lado, a construção da identidade pode se dar também por meio de uma luta comum por direitos que um determinado coletivo deveria possuir (CALEGARE; HIGUCHI, 2016). A comunidade Sol Nascente vem sofrendo pelo grande descaso do governo neste sentido. Quando se compreende a pessoa como sujeito de direito, garantindo-lhes condições de cidadania, incluindo lugar igualitário nas sociedades nacionais e valorização da organização sociocultural de suas etnias, há a contribuição para as reafirmações identitárias. A legitimação da identidade indígena se

5 Base: termo utilizado pelos povos indígenas residentes em cidade para se referir aos seus locais de origem, podendo corresponder a aldeias ou comunidades interioranas mais afastadas de áreas citadinas.

6 Termo utilizado para designar uma vivência negativa das identidades, corroborada principalmente pela presença de estereótipos acerca de pessoas indígenas em áreas citadinas (BERNAL, 2009).

converte no reconhecimento do pertencimento da pessoa a povos etnicamente diferenciados, no respeito à autonomia e na autode-terminação de suas instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Porém, o que presenciamos na comunidade Sol Nascente foi o descaso governamental de muitos setores do Estado, reforçando o processo de conformação identitária. Ao mesmo tempo, há outros setores que têm apoiado a causa indígena dessa comunidade, o que de certa forma mantém viva a esperança do reconhecimento da TI e, conseqüentemente, da presença indígena na cidade.

A comunidade Sol Nascente apresenta como figura de maior visibilidade o cacique, que tem utilizado sua autoafirmação identitária em prol do alcance de direitos individuais e coletivos. Sua autoafirmação étnica pelo uso de adereços indígenas mostra a necessidade e busca por reconhecimento, individual e coletivo como indígena. Esta é uma questão complexa que envolve elementos relativos à representação identitária dele perante os não-indígenas, já que ser indígena não está indicado meramente pelo uso de adereços, mas sim por uma maneira de ser e estar no mundo. No plano coletivo, a autoafirmação identitária abrange a noção de grupo através das segmentações étnicas indígenas. Na comunidade percebemos uma parcela de moradores que no plano coletivo se veem pertencentes ao mesmo grupo étnico, visando o acesso à direitos coletivos, mas no contexto individual não se reconhecem indígenas, no intuito de se desassociar das diversas noções este-reotipadas da pessoa indígena. Assim, a autoidentificação com os grupos étnicos assume forma mobilizadora na organização social e política, sendo o aspecto cultural, encarado também como reforçador destas noções.

Moura (2006) explica que a definição sobre quem são os indígenas brasileiros depende da manifestação conjunta de suas vontades, tanto do grupo étnico quanto das vontades da pessoa interessada em tal reconhecimento. Logo, os povos indígenas passam a ter o direito de identificar seus membros, devendo ser considerado indígena aqueles que mesmo não tendo ascendências diretas, criado ou não por pais índios, seja um indígena se assim for reconhecido pelos pares. Nas entrevistas realizadas com os moradores, pessoas se autodeclararam indígenas por entenderem que possuíam traços fenotípicos indígenas ou por critérios genealógi-

cos. Por outro lado, há aquelas pessoas que se autodeclararam indígenas de forma imediata e com vanglória, mesmo sem apresentar estes requisitos. Podemos, portanto, perceber que a complexidade da autodeclaração nos faz refletir sobre como esses processos direcionam o modo como a pessoa se vê, vê o outro e como ele se imagina ser visto pela sociedade.

Religiões: relações com os costumes e tradições indígenas

O plano inicial das lideranças da comunidade Sol Nascente – e que parece vigorar também atualmente – era estruturar uma comunidade composta somente por pessoas indígenas e que necessitam de moradia. No entanto, algumas não-indígenas pediram ao cacique permissão para morar e logo o local foi adentrado também por essas pessoas. Com a entrada destas, alguns costumes e práticas também foram trazidos. Entre estes, ouvimos diversos relatos sobre as problemáticas da presença de algumas igrejas, que discriminam veementemente a execução das práticas tradicionais indígenas.

Nesse sentido, Bernal (2009) aponta que há disputa entre igrejas por novos fiéis, onde algumas destas negam ou tentam anular as suas crenças e costumes tradicionais, enquanto outras tentam realizar um sincretismo religioso por meio da evangelização indígena, mas deixando as tradições e os símbolos dessa cultura em segundo plano. Os líderes do assentamento receberam muitas críticas e discriminações quando praticavam rituais indígenas tradicionais, pois pessoas de denominações religiosas evangélicas afirmaram serem rituais satânicos, e por isso não deveriam ser realizados. O mesmo tipo de crítica era feito em relação aos trajes, colares e adereços indígenas em geral.

A comunidade possui duas igrejas evangélicas e muitos moradores indígenas frequentam-nas. Isto tem desenvolvido um processo de repressão da cultura tradicional, onde pessoas indígenas têm inclusive negado sua identidade étnica, como já pontuada anteriormente. Em contraponto, a igreja católica que atualmente considera o assentamento área missionária da Paróquia de Santa Clara, deseja que os indígenas permaneçam com suas características e tragam maior contextualização das práticas tradicionais indí-

genas aos eventos da igreja no local.

A catequização dos indígenas sempre foi um foco das religiões e nas cidades não é diferente. No entanto, na comunidade há uma necessidade de aliança com as igrejas – principalmente a católica – para se ter acesso a algumas benesses. Isso tem favorecido serem assistidos por ações sociais promovidas na comunidade, como forma de garantir, mesmo que de forma assistencialista, principalmente acesso à saúde.

Buscando melhores formas de comunicação entre lideranças e moradores

A proposta de PAP que adotamos procurou seguir os pressupostos indicados por Montero (2004), possuindo um caráter perceptível e real que consideram: a) definição da realidade comunitária pelo diálogo entre os agentes internos e externos; b) ponderar problemas, desejos e necessidades da comunidade considerando as propostas dos próprios membros; c) reflexão sobre diferentes possibilidades de intervenção de acordo com a realidade local; d) incluir o outro no processo ético de produção do conhecimento, através de sua participação efetiva na elaboração do processo de intervenção. De acordo com Freitas (1998), a partir da obtenção de informações derivadas do processo de inserção, contato e familiarização com os moradores da comunidade, são delimitados aspectos e fenômenos como temáticas potenciais e possíveis para o desenvolvimento do processo de intervenção. Tendo estas dimensões em mente e considerando todas as vivências junto aos comunitários, elaboramos e discutimos com eles uma lista com os principais problemas encontrados. Então, em acordo com as lideranças comunitárias, elegemos como principais problemáticas da comunidade a dificuldade de comunicação da associação com os moradores e o desprestígio do indígena na cidade de Manaus. Estas problemáticas se tornavam empecilho para que outras questões e dificuldades fossem resolvidas. Para este capítulo, elegemos apresentar as intervenções referentes à comunicação intracomunitária.

Góis (2005) explica que em algumas comunidades existem membros que compartilham apenas a referência de moradia e dimensões territoriais, não se considerando como parte do espa-

ço físico-social que caracteriza a vida comunitária. Entre eles não há interação social nem cultural. Nessa perspectiva, a realidade do povo do assentamento Sol Nascente revelou subgrupos que compartilham de uma mesma cultura intragrupal e que não se misturam facilmente entre si: os indígenas relacionam-se mais entre si, os grupos evangélicos mais entre si e o grupo de pessoas não indígenas (e não evangélicas) mais entre si. Estes grupos se associam raramente, pois cada um destes tem seus próprios objetivos. Como resultado desta fragmentação, apesar de compartilharem de um mesmo interesse macro, que é solucionar problemas da comunidade, como os serviços de asfaltamento, água encanada e energia elétrica, os moradores acabam por não se unirem em prol desses objetivos comuns.

Além disso, durante as visitas, entrevistas e comentários relacionados à avaliação da liderança, a comunicação foi considerada por alguns como fraca ou insuficiente. Há também desentendimentos entre pessoas da comunidade e membros da associação, que impediam o progresso no diálogo que possibilitaria uma união e fortalecimento entre os moradores.

Diante dessa situação, o primeiro momento da intervenção foi discutir junto com as lideranças comunitárias essas divisões intracomunitárias, relatando o que a equipe de extensão ouviu nas visitas domiciliares a respeito da condução da associação: líderes distantes dos moradores e que não repassavam informações. Num primeiro momento, as lideranças se revelaram surpresas com essa devolutiva. Em seguida, contra argumentaram que sim, tinham transparência e que a comunidade deveria entender como era a organização indígena. De certo modo, essa indignação que sentiram serviu como combustível para que procurassem novas formas de envolver os moradores, como abordaremos a seguir.

Assim, procuramos investigar quais as formas de comunicação existiam e eram utilizadas. Os líderes revelaram que para reunir os comunitários, ou eram necessárias visitas por todas as casas, ou feito anúncio num autofalante ou era feito um anúncio repassado para um vizinho e que ia repassando ao outro. Mesmo com a organização e divulgação das atividades para todos os associados e moradores, era notável que o desinteresse e a divergência com as lideranças implicavam na baixa participação. Principalmente da-

queles que se negam a valorizar as lutas e objetivos coletivos.

Para além da comunicação formalmente utilizada, levantamos com as lideranças e com os moradores quais outras formas eles utilizavam, para quaisquer assuntos cotidianos. E descobrimos que havia conjunto de moradores com maior ligação entre si, como que formando pequenas redes comunitárias. Além disso, muitos utilizavam os telefones celulares, com aplicativos de redes sociais (especialmente facebook) e de comunicação (whatsapp) para estarem em contato entre si.

Deste modo, compreendemos a comunicação como uma ferramenta que pode possibilitar aperfeiçoamentos no repasse e entendimento dos interesses dos grupos residentes. Ponderamos que a comunicação permite, através das negociações, os ajustes das diferenças culturais e políticas, de modo que todos os moradores se sintam parte ativa das ações coletivas da associação, e também fortaleçam o sentimento de comunidade. Assim, pensamos que as estratégias de aperfeiçoamento nas questões de comunicabilidade poderiam auxiliar no fortalecimento das causas comunitárias, de modo a alcançar melhorias na vida coletiva.

Desse modo, sugerimos às lideranças da associação que passassem a utilizar esses meios de comunicação por aplicativos do celular, para compartilhar com os demais moradores as conquistas alcançadas, as reuniões, ideias, manifestações culturais e informes sobre as situações reivindicatórias. E também utilizassem com mais frequência o megafone comunitário, convocando os moradores às reuniões e atividades. No que concerne ao espaço dedicado à divulgação dos eventos e reuniões semestrais de modo mais ordenado, foi sugerido a elaboração de um mural informativo e um calendário de atividades da associação.

Esse movimento de reflexão sobre a comunicação, gerado pela interação entre agentes internos e externos, não resultou em formas mais efetivas de contato entre as lideranças e moradores. E os motivos nos foram dados pelos próprios membros da associação: a) os não indígenas não compreendiam como era a forma de organização indígena, não acatando às decisões dos indígenas para toda comunidade; b) havia conflitos entre as próprias etnias indígenas, por disputas de poder e condução da comunidade; c) todos os moradores queriam resposta muito imediatas para os

problemas enfrentados, quando na verdade as soluções vinham de modo paulatino, gerando desconfiança e descrença na ação política da associação. Dessa maneira, percebemos que a superação dos problemas de comunicação não residia apenas em uso de meios mais eficientes, mas nos conflitos sociais intracomunitários.

Como conclusão da ação extensionista, foi possível verificar que as lideranças de fato refletiram sobre as práticas comunicativas que vinham adotando até então. E passaram a examinar a possibilidade de melhores formas de se comunicar com os moradores. Prova disso foi que para um dia de festa na comunidade, valorizando a cultura indígena, foi feito anúncio via whatsapp e retransmitido a todos moradores, incluindo pessoas de outras localidades de Manaus. Também passaram a utilizar mais o megafone, para chamar os moradores para as reuniões da associação. Essas práticas comunicativas demonstram que tais meios passaram a ser utilizado para fins de união da comunidade, mesmo que ainda sem a plena potência de suas possibilidades.

Considerações finais

A finalidade do projeto desenvolvido no assentamento indígena Sol Nascente constituiu-se primeiramente pela familiarização entre a comunidade e os acadêmicos engajados no projeto de extensão. Dessa forma, dedicamo-nos em conhecer a dinâmica da comunidade e, assim, identificar com a ajuda dos próprios moradores suas problemáticas e dificuldades. Nesse processo de conhecimento da realidade local, salientamos que eles se queixaram de sérios agravantes de infraestrutura física, além de problemáticas nas relações e organizações sociais.

Entre os problemas levantados, encontramos: 1) dificuldade de acesso a direitos sociais básicos, como saúde e segurança pública, ausência de estruturação básica como asfaltamento, água e energia regularizada, bem como a regularização fundiária que a associação tem fomentado. Isso tudo se acentua em razão de não possuírem políticas públicas direcionadas à demanda da vida indígena em contexto de cidade; 2) conflitos religiosos em relação a estigmatização da cultura indígena; 3) venda de terrenos, considerando que as áreas foram cedidas pelos líderes aos moradores e alguns destes, indígenas e não-indígenas, comercializam os terrenos

sem a permissão da associação – o que tem ocasionado o aumento de moradores não-indígenas na comunidade e, por consequência, uma crescente vivência de preconceitos; 4) a negação da identidade indígena.

Com o levantamento das problemáticas, tornou-se possível proporcionar uma discussão e reflexão junto às lideranças da comunidade, para discernirmos quais problemáticas prioritárias haviam se apresentado como barreira para a organização da comunidade, que vinha afetando mais diretamente a busca comunitária de soluções. A partir disto, após a identificação da problemática principal, de forma integrada e participativa às lideranças comunitária, buscou-se conscientizar e criar estratégias de intervenção a esta problemática: melhores formas de comunicação entre moradores e a associação.

O assentamento indígena por inserir-se em um contexto de cidade, possui uma dinâmica diversificada que tenta se adaptar ao cotidiano urbanizado de trabalho, escola, lazer, religião, etc., tendo seus moradores que lidar constantemente com a pressão da sociedade envolvente. No entanto, apesar da comunidade estar composta por pessoas de 12 etnias distintas, fazem parte dela também pessoas não-indígenas. Em função desse contato intra e interétnico, apresentam dificuldades relacionais associadas principalmente a preconceitos em relação às tradições indígenas e à própria identidade indígena, que repercutem na maneira como todos moradores se organizam comunitariamente. Assim, a problemática prioritária identificada foi da falha nos processos de comunicação entre as lideranças e os moradores, o que tem impedido melhorias na união dos grupos em prol de lutas por melhorias coletivas.

Por fim, o objetivo principal do projeto foi proporcionar aos líderes e moradores da comunidade uma visão reflexiva sobre suas problemáticas, para que conseguissem visualizá-las e se engajarem coletivamente em possíveis soluções. Procuramos gerar discussões com os agentes internos envolvendo as formas de comunicação intracomunitária e, em certa medida, propor algumas estratégias comunicacionais para superar a falta de diálogo entre moradores e lideranças. Como resultado e avaliação de nossas ações, pudemos verificar que conseguimos gerar reflexão entre todos os participantes do projeto, seja agentes internos quanto

externos. E isso repercutiu em novo ânimo às lideranças da associação, recuperação de atividades de fortalecimento da cultura indígena e procura por estratégias de comunicação mais eficientes.

Referências

ANDREY, A. A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 203-220.

BERNAL, R. J. Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL. Decreto-lei nº 288 de fevereiro de 1967. Altera as Disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e Regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0288.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

CALEGARE, M. G. A. Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In: RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (Orgs.). Democracia participativa, estado e laicidade? Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2017. p. 285-300.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 32, n. 3, p. 01-09, 2016. Disponível em: <<https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/viewFile/1897/883>>. Acesso em: 15/03/2017

COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, v. 11, n. 245,

2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>>. Acesso em: 16 out 2017.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. Tradução por Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ESTRADA, A. V.; GARCÍA, K. R. La comunidad sin fronteras. Lengua e identidad entre los ñaño-urbanos de La ciudad de Querétaro. *Gazeta de Antropología*, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.gazeta-antropologia.es/?p=4846>>. Acesso em 15/07/2017.

FERNANDES, M. R. L. Etnicidade e territorialização: um estudo da política indígena mura em Autazes, Amazônia Central. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2306/1/MARCIO%20ROBERTO%20LIMA%20FERNANDES.pdf>>. Acesso em 15/07/2017.

FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2017.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.). *Terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GÓIS, C. W. L. *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa populacional, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>> Acesso: em 16/10/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

KRÜGER, H. Introdução à Psicologia Social. São Paulo: EPU, 1986. Temas Básicos de Psicologia, v. 12.

MELO, J. G. Dimensões do urbano: o que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. Teoria e cultura, Juiz de Fora, v.8, n.1, p.115-126, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2816/2135>>. Acesso em: 15/07/2017.

MONTERO, M. Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTERO, M. Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MOURA, V. M. Desafios e perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena. In: ARAÚJO, A. V.; CARVALHO, J. B.; OLIVEIRA, P. C. O.; JÓFEJ, L. F.; GUARANY, C. M. M; ANAYA, S. J. Povos indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=644-vol14povos-indigenas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10/10/2017.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. Cordis, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141/18771>>. Acesso em: 15/07/2017

NÓBREGA, L. S. A atuação da Psicologia na atenção psicossocial em contextos indígenas. In: CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G (Orgs.). Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 249-270.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/8289/7642>>. Acesso em: 15/07/2017.

RAPOZO, P. H. C. Estado, Sociedade e políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: dimensões sobre a gestão e governança ambiental dos recursos naturais em áreas protegidas no Estado do Amazonas/Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais. Portugal: Universidade do Minho, 2014. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35538/1/Tese_PhD_Pedro_Rapozo_2014.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

ROSA, M. M. Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200006>. Acesso em: 16 out. 2017.

SILVA, R. N. P. O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SOUZA, N. M. B. A cidade de Manaus-AM e a negação da origem indígena: primeiras aproximações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A CIDADE NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS TEÓRICOS E POLÍTICOS, 2013, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/relateur_bentes.pdf>. Acesso em: 07/03/2017.